

# Monoculturas - Poder - Mídia

Os ODS em um contexto de concentração midiática e conflitos agrários

Autoras: Ana Alvarenga de Castro e Camila Nobrega R. Alves



Ilustração: Yili Rojas

## Introdução

A formação da sociedade brasileira está intrinsecamente ligada ao seu histórico colonial. Ao longo de cinco séculos, o colonialismo imprimiu as bases da estrutura social, econômica e política que hoje se configura no Brasil. E, mais do que isso, consolidou uma elite que, sob diferentes contextos históricos, possui muitos elementos de continuidade.

Nesse sentido, um dos aspectos que revela este percurso é a questão fundiária, apontando para um cenário de concentração de terras que nunca se reverteu e, ao longo do tempo, manteve-se como um catalizador de desigualdades sociais. No entanto, esta estrutura de concentração se repetiu em outros setores da sociedade, alguns ainda pouco explorados. É o caso dos meios de comunicação, que surgem no século XIX, ainda sob a lógica colonial, e se fortalecem paralelamente às oligarquias da terra. Por isso, uma análise histórica conjunta desses dois aspectos nos ajuda a entender a atual conjuntura de poder econômico e político no país. A partir desses elementos, o texto a seguir traz um olhar sobre a concentração da terra e dos meios de comunicação, propondo uma

perspectiva crítica sobre uma referência internacional que norteia políticas públicas e relações internacionais, nomeadamente a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

### **O contexto brasileiro**

O Brasil é território de múltiplos modos de vida, que incluem não apenas o modelo moderno ocidental. Há uma sociobiodiversidade representada por diferentes etnias indígenas, povos ribeirinhos, quilombolas, geraizeiros entre centenas de outros, assim como há diferenças regionais, entre comunidades, cidades, estados. Essa diversidade, é, no entanto, silenciada por uma representação uníssona na mídia e na política.

Embora seja um país com maioria de população negra ou parda, e que também apresenta um forte ativismo feminista e LGBTQIA, revela contradições geradas pelo racismo estrutural e institucionalizado, o machismo, a homo e transfobia, que geram índices de violências entre os mais altos do mundo.<sup>1</sup>

No tocante à representatividade política, nota-se uma grande desigualdade: No Congresso Nacional, apenas 10% das vagas são ocupadas por mulheres. Isso coloca o país na 152ª posição entre 190 nações. Das 513 cadeiras da Câmara, apenas 54 são ocupadas por mulheres<sup>2</sup>. No Senado, são 12 dos 81 assentos. O Congresso é, dessa forma, majoritariamente representado por homens brancos pertencentes à elite do país, muitos também ligados direta ou indiretamente às oligarquias de terra e dos meios de comunicação.<sup>3</sup> A estrutura parlamentar patriarcal, assim, mantém alto controle sobre os corpos e sentidos produzidos por mulheres na tomada de decisões legislativas em âmbito nacional.

### **Monoculturas - a incapacidade de enxergar a diversidade**

Pensemos na palavra “monocultura”. Não só no sentido mais conhecido, o modelo hegemônico de cultivo da terra, mas também estendendo aos campos de saberes e de produção de conhecimentos. Como Vandana Shiva e outros(as) pensadores(as) defendem, a falta de capacidade de enxergar a diversidade ou a dominação de apenas uma forma de pensar e viver é também fruto de um projeto de poder *monocultural*. A publicação de

---

<sup>1</sup> Apenas entre 2016 e 2017 houve aumento de 30% nos assassinatos de motivação LGBTfóbica, como atestam os números amplamente divulgados e gerados pelo Grupo Gay da Bahia (445 mortes em 2017, ou uma pessoa a cada 19 horas. <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/22/brazil-lgbt-violence-deaths-all-time-high-new-research> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>

<sup>2</sup> Dado da composição atual do Congresso, antes das eleições de 2018, quando o texto foi fechado. Para 2019, na Câmara dos Deputados, houve um aumento para 77 deputadas eleitas, o que significa 15% da Casa. No Senado, o número de representantes se manterá. Em termos de transição democrática, a representação ainda está muito aquém do fato de que as mulheres representam metade da população.

<sup>3</sup> Dados sobre a bancada ruralista serão apresentados no decorrer deste documento. No caso dos meios de comunicação, embora seja vetado no Artigo 54 da constituição, há pelo menos 40 parlamentares sócios de empresas de radiodifusão. Alguns dos casos são alvo de ações no Ministério Público Federal.

2016 “Brasil em números” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), resume: “O Brasil parece não conhecer o Brasil”, em referência à falta de representação da diversidade em instâncias e narrativas oficiais e midiáticas. No entanto, logo na introdução, a pesquisa reitera: “A superação definitiva das diferenças talvez ainda seja o maior dos desafios da cultura brasileira”. Na prática, essa ideia de “superar as diferenças”, recorrente no discurso oficial e popular, tem significado o apagamento e silenciamento da diversidade, material e simbolicamente, e não a garantia de direitos a todas e todos. O olhar a partir da noção de *monoculturas* pode elucidar conexões invisibilizadas nas estruturas social, política e econômica no Brasil.

O discurso do crescimento econômico, no Brasil muito baseado em atividades como a exportação de *commodities*, apresenta o país como motor do “desenvolvimento rural”, apagando os dados que mostram a crescente concentração fundiária e a pressão sobre comunidades camponesas, indígenas, quilombolas e periféricas em geral. De uma extensão territorial total de aproximadamente 850 milhões de hectares, 41% do território brasileiro hoje é utilizado pela atividade agropecuária. Os resultados preliminares do Censo Agropecuário do IBGE relativos ao ano de 2017, que foram divulgados em julho de 2018, demonstram que 16,5 milhões de hectares a mais estão sendo cultivados, em comparação com o ano de 2006, e que toda esta área adicional foi destinada a propriedades voltadas ao agronegócio. Na estrutura fundiária brasileira, estas áreas são as grandes produtoras de monoculturas de exportação (soja, milho, cana, gado, pinus e eucalipto), as chamadas *commodities* agrícolas.

Em números absolutos, segundo o IBGE<sup>4</sup>, isto significa que há hoje 5.072.152 estabelecimentos agropecuários no Brasil, em uma área total de 350.253.329 hectares, o que retrata um aumento de 5% em área e uma redução em número de estabelecimentos de 2% de 2006 até 2017. Dos estabelecimentos com mais 1000 hectares, houve um aumento total em área de 45% para 47,5% de 2006 até 2017, enquanto as unidades entre 100 e 1000 hectares tiveram queda na participação em área de 33,8% para 32% e em número. Ou seja, atualmente, grandes proprietários(as) de terra controlam 116 mil dos 350 mil hectares cultivados no Brasil. Em termos gerais de concentração, 45% da área rural brasileira está concentrada em 0,91% das propriedades rurais. Já as áreas menores de 10 hectares, apesar de representarem 47% do total de propriedades rurais, abarcam apenas 2,3% da área total cultivada (Dados do Censo agropecuário de 2006, último com este dado disponível).

Segundo estudo realizado pela Oxfam Brasil ainda sobre o Censo de 2006, 94,5% das áreas rurais brasileiras são controladas por homens, enquanto mulheres representam o dobro do número de produtores(as) rurais sem-terra, apesar de serem metade de todos(as) as/os agricultores(as).

---

<sup>4</sup> <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21905-censo-agro-2017-resultados-preliminares-mostram-queda-de-2-0-no-numero-de-estabelecimentos-e-alta-de-5-na-area-total.html>

Outros dois dados agravantes da concentração de terras e da agricultura no Brasil são a redução de 2006 até 2017 do número de trabalhadoras(es) no campo em 1,5 milhão de pessoas, e o aumento em 20,4% no uso de agrotóxicos, resultado da expansão do cultivo de monoculturas. Vale lembrar que o Brasil já detém o título de país que mais consome venenos agrícolas no mundo.

O recente projeto de lei que tramita no Congresso Nacional, o PL 6229/2002, também denominado por diversas organizações científicas e da sociedade civil como o “PL do Veneno” visa a flexibilizar a autorização para uso de agrotóxicos e a redução de custos para o setor produtivo, ampliando-se o poder econômico (e político) de empresas nacionais e multinacionais do agronegócio. O “PL do Veneno” é uma proposta de uma maioria de deputados da chamada Bancada Ruralista<sup>5</sup>, ou congressistas que possuem ligação direta com a indústria do agronegócio. Ele tramita no contexto do governo do presidente Michel Temer, no poder após o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que vem sendo analisado como golpe parlamentar.

Na conjuntura atual, os conflitos agrários se agravaram muito. De acordo com relatório anual lançado em junho de 2018 pela Comissão Pastoral da Terra, foram registrados neste ano 70 assassinatos de lideranças no campo, número mais alto desde o início do acompanhamento, em 2003. Com a eleição do novo presidente Jair Bolsonaro (PSL), classificado como representante da ultradireita aliada a uma política neoliberal, os prognósticos são de que a situação tende a uma piora significativa<sup>6</sup>.

### **Poucas vozes: a tentativa de silenciamento da diversidade**

No entanto, os dados apresentados acima não ganham destaque no debate público. Um dos elementos centrais deste processo é exatamente o sistema de comunicação do país, ainda sob controle majoritário de poucas empresas privadas, ao passo que a comunicação pública sofre desmonte e a comunicação popular, comunitária e alternativa enfrenta um cenário de falta de apoio e criminalização no governo atual. Segundo o documento do IBGE “Brasil em números” de 2016:

“Setor essencial para o desenvolvimento social, econômico e político, as comunicações vivem, nas últimas décadas, um vácuo institucional. Desde a dispersão normativa, entre distintas

---

<sup>5</sup> Bancada Ruralista é o nome popular da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária – FPA, que atinge quase metade da representação legislativa brasileira e vem nos últimos anos aprovando marcos legais em favor de grandes latifundiários e do agronegócio em geral. O partido político de Michel Temer, que governa atualmente o Brasil (PMDB), apresenta sozinho 55% dos 242 signatários da FPA presentes no Congresso Brasileiro, dentro de um total de 594 deputados(as) e senadores(as).

<sup>6</sup> Trecho acrescentado em 14/11/2018.

<sup>7</sup> Disponível no link:<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1487166681.pdf>. Acessado em 6.8.2018

autoridades regulatórias e sem contar com um marco regulatório próprio, até a ausência de transparência sobre o conjunto de dados sobre o setor.” (IBGE, 2016, p. 343)

A publicação traz também uma comparação:

“Se no setor agropecuário temos indicadores da produção e do comércio dos principais segmentos, tais como arroz, feijão, milho, soja e trigo, por que não temos indicadores da produção jornalística, infantil, ficcional, musical, religiosa e publicitária no rádio e na televisão brasileira? (...) Como tem evoluído o investimento público (incluindo dados municipais, estaduais e federais) no setor?” (IDEM)

Estas informações são essenciais para a avaliação das condições de cidadania, de acordo com a pesquisa, uma vez que o direito à liberdade de expressão e opinião são compreendido também a partir do ponto de vista dos direitos humanos, previsto pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Dados recentes publicados no final de 2017 pelo Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor - MOM) evidenciam que, no Brasil, apenas 5 grupos concentram mais da metade dos veículos de comunicação existentes. A pesquisa foi feita pela ONG Repórteres Sem Fronteiras em parceria com o Intervezes. Foram analisados 50 veículos de comunicação em quatro segmentos (TV, rádio, mídia impressa e online) O resultado da pesquisa aponta alerta vermelho em vários indicadores no Brasil. De acordo com o estudo, o sistema de mídia brasileiro tem alta concentração de audiência<sup>8</sup> e de propriedade, alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas. Somado a isso, o estudo apontou que grande parte dos proprietários dos meios de comunicação de maior alcance no país possuem negócios em outros setores, como o agropecuário. Esta relação pode ser observada tanto nos investimentos financeiros quanto na produção de conteúdos e a pesquisa dá inclusive exemplos de grupos acionistas de canais de TV e empresas agropecuárias ao mesmo tempo.

---

<sup>8</sup> Concentração de audiência significa que a maior parte dos telespectadores/ouvintes se acessa poucas emissoras de televisão e rádios.

### **Um histórico da colonização de corpos, da terra e de imaginários**

*“Escrevo para registrar o que os outros apagam, quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você (...) Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Glória Anzaldúa*

São aproximadamente 20h no Brasil, horário em que grande parte das casas brasileiras está vidrada no telejornal ou em novelas. Seja, por exemplo, em comunidades ribeirinhas no Pará, ou em apartamentos luxuosos em São Paulo, as televisões existem em mais domicílios do que geladeiras, e chegam a mais casas (97,1% dos lares possuem ao menos um televisor) do que serviços básicos, como saneamento e ainda muito mais do que novas tecnologias (o acesso à internet é garantido a menos da metade da população). É exatamente neste horário nobre de audiência que, durante dois anos, letras garrafais ocuparam as Tvs embaladas por uma batida moderna: “AGRO é POP - A indústria-riqueza do Brasil”, na emissora com maior audiência no país, a Rede Globo. A campanha fazia parte de um conjunto de peças publicitárias. Uma delas começa assim: “Cana, é agro”. Em seguida, aparecem ilustrações reproduzindo um engenho de cana dos tempos coloniais. Mulheres e homens negros(as) escravizadas(os) carregam nos ombros o corte do canavial, repousando-o no chão. Nenhuma informação sobre o que se vê, nada sobre as cerca de cinco milhões de pessoas trazidas sob violência pela metrópole portuguesa para o Brasil, centro mundial do tráfico de escravos. Em vez disso, a voz do narrador varre a história e leva o imaginário social a outro canto, dizendo:

*“Desde o Brasil colonial, a cana ajuda a movimentar a nossa economia. Hoje a Cana tem um dos maiores faturamentos do campo, R\$ 52 bilhões. - Da Cana vem o açúcar, a rapadura, a aguardente (neste momento o som muda, com uma flauta, fazendo alusão à música popular brasileira(...)) A cana também produz energia, com o álcool que movimenta os carros, com o bagaço que é queimado nas caldeiras para produzir eletricidade. Um sucesso brasileiro há quase 500 anos. Cana é Agro. Agro é Tech, Agro é pop, Agro é tudo. Ta na Globo”*

A campanha “Agro é Pop, agro é tech, agro é tudo” foi lançada em junho de 2016 e veiculada até junho de 2018 e foi concebida pela própria emissora Globo tendo como objetivo “tratar a importância dos produtos agrícolas e das coisas do campo para a sociedade brasileira”, “para criar um sentimento de orgulho da população em relação ao agronegócio”.

Se por um lado a campanha se tornou um instrumento poderoso de divulgação do agronegócio, por outro lado abriu uma porta de entrada para a discussão sobre as relações de grandes proprietários de terra com os donos dos maiores meios de comunicação no país. O histórico de relação entre a mídia e o agronegócio não é recente, embora seja ainda pouco explorado. Ambos os setores têm suas histórias fincadas na colonização.

Após a chegada dos portugueses, a cana tornou-se a primeira monocultura da terra controlada pela Europa, baseada na escravização de africanos e africanas e seus descendentes e na degradação ambiental, em contraste direto com a diversidade de cultivos que era praticada pelas populações indígenas pré-coloniais. O poder de latifundiários no Brasil foi definido inicialmente pelo sistema sesmarial, que dividiu as terras entre membros da nobreza, concedendo glebas para amigos do rei e configurando a primeira propriedade privada da terra no Brasil. Já o primeiro marco legal da concentração do solo brasileiro nas mãos dos europeus é a Lei de Terras de 1850. Esta consolidou as sesmarias produtoras de monocultivos.

Simultaneamente, ocorria a consolidação de uma só narrativa: no processo da colonização, aproximadamente 6 milhões de habitantes e 1.500 línguas indígenas foram exterminadas. Hoje restam apenas 181 idiomas, dos quais 115 são falados por menos de mil pessoas. Soma-se a este contexto, os apagamentos de estórias e identidades dos povos africanos violentamente escravizados.

Em relação aos meios de comunicação, a imprensa foi trazida oficialmente para o Brasil pela família real portuguesa em 1808. Antes dessa data, era uma atividade proibida na Colônia e, desde então, passaria a sofrer censura pela coroa portuguesa. A Gazeta do Rio de Janeiro trazia os despachos de D. João, notícias da Corte e da Europa, e não atendia às demandas por informação da população da Colônia.

Assim, o olhar da imprensa brasileira nasce a partir da perspectiva europeia e da censura colonial. Depois da proclamação da República, em 1889, a imprensa se consolida sob a lógica privada, a partir do processo de industrialização com avanço das tecnologias que a permitiram. Já no século XX, há várias aproximações entre os grandes grupos de mídia brasileiros e o agronegócio. A Folha da Manhã S.A. - parte do atual Grupo Folha -, por exemplo, começa a circular em 1925 e, em 1931, passa às mãos do cafeicultor Octaviano Alves Lima.<sup>9</sup>

Nos anos 1960, tanto a imprensa como o agronegócio tiveram um papel central no apoio ao golpe militar que instaurou a ditadura por 21 anos no país. Muitas das grandes

---

<sup>9</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1902201104.htm>

emissoras até hoje ativas fizeram parte da formação de opinião para o apoio ao golpe ditatorial no país. Em um mesmo momento, os grandes produtores rurais consolidavam a implementação do primeiro pacote tecnológico imposto à agricultura brasileira por produtos e máquinas excedentes das guerras, paralelamente ao crescimento econômico mundial e reconstrução da Europa. É a chamada Revolução Verde, instituída no Brasil pelo Regime Militar, agravando muito a concentração fundiária que se consolida junto com o modelo capitalista-industrial da produção agrícola e que precisa formar mão-de-obra barata no campo.

A partir dos anos 1980, com início da transição democrática, conquistas da sociedade civil e dos movimentos sociais trouxeram avanços para a população. No entanto, como foi exposto nos dados recentes, a concentração dos meios de comunicação e da terra nas mãos de poucos grupos nunca foi alterada.

#### **Desafios da Agenda 2030 e a via política dos feminismos latino-americanos**

A Agenda 2030, lançada pela Organização das Nações Unidas em 2015, com 17 Objetivos (ODS) e 169 metas do Desenvolvimento Sustentável, surge como novo marco internacional de diretrizes globais com o slogan “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Para uma análise deste documento a partir das informações e reflexões aqui apresentadas, vale ressaltar como os discursos nos meios de comunicação em si são parte das estruturas de poder na qual estamos inseridos. Estes discursos contribuem para a construção social da realidade não apenas representando reflexo dela. Além disso, este processo está enraizado e legitima as relações de poder que fazem parte da dinâmica econômica e na qual está inserido.

Dessa maneira, a noção “desenvolvimento sustentável”, principal orientadora da Agenda 2030, precisa também ser analisada como parte deste contexto. O uso da linguagem, por exemplo, deixa evidentes certas escolhas, assim como a priorização de temas da agenda, o próprio processo de formulação da mesma, entre outros elementos. Embora haja uma suposta “neutralidade” da proposta da Agenda, na verdade ela está inserida em relações desiguais de poder globais muito definidas (Telleria, 2018)

Numa breve análise do documento por busca de palavras, alguns elementos merecem atenção. Entre os termos buscados e apresentados a seguir, a palavra “nós” é a que aparece mais vezes no documento (226 ocorrências); seguida do termo “sustentável” (193



ocorrências) e, depois, “em desenvolvimento” (88 vezes); e sua variação “desenvolvido” (59). As palavras “pobreza” e “universal” aparecem, ambas, 29 vezes no texto. Há colocações que chamam atenção neste sentido, como a frase: “Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e queremos curar e proteger nosso planeta”.

Assim como em outros momentos do documento, mais uma vez nesta frase há um enfoque para a questão social da pobreza, porém denominada como uma “tirania”. Tirania se define como um “abuso de autoridade”, “forma de governo com poder total ou absoluto”, “comportamento autoritário ou despótico”. O sentido que se constrói é de um fenômeno que se impõe isoladamente, ou seja, o grande foco do problema, sem que seja visto como parte de uma estrutura ou de uma relação de interdependência. As conexões com os processos que ocasionam a pobreza são ocultadas no documento, em prol de uma descrição mais prática e individualizante.

Através de uma codificação mais apurada da Agenda 2030, percebe-se a generalização do “sustentável” como diretriz aplicável igualmente a todas as realidades, com uma definição prioritária dos seus aspectos econômicos de maneira linear hierarquizante entre os países mais ou menos “desenvolvidos”.

Nos aspectos ambientais, que aparecem em segundo plano, a visão holística de soluções técnicas para um “crescimento sustentável” genérico, omitindo conflitos causados por acessos díspares ao uso e controle de recursos naturais, deixa implícito o apoio à solução da questão ambiental de forma isolada e apolítica. Além disso, também nestes aspectos observa-se uma inversão dos problemas, colocando-se os resultados do atual modelo de sociedade ocidental (e não ele próprio) como focos de ação para a mudança, como por exemplo em “combater mudanças climáticas, desertificação e desastres ambientais”.

<sup>10</sup>Dos 17 ODS da Agenda 2030, três, nesta pesquisa, foram considerados chave para a discussão sobre concentração de mídia e terra no contexto atual brasileiro:

***Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável***

Chama atenção que este ODS propõe “garantir o acesso de todas as pessoas, em particular aos pobres e às pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a

---

<sup>10</sup> A agroecologia representa uma mudança paradigmática no conhecimento agrônomo, fundamentando a atividade agrícola no manejo sustentável da terra, na preservação da agrobiodiversidade, no respeito à diversidade cultural, comércio local e justiça social (Altieri et al. 2012)

alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano” com base no aumento da “produtividade agrícola e da renda dos pequenos agricultores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores” e através de “sistemas sustentáveis”, e do “acesso à propriedade privada da terra”. Produtividade agrícola é convencionalmente mensurada pela dimensão de volume ou peso de produtos gerados por áreas passíveis de serem comercializados, sem considerar outros aspectos agroecológicos da produção e reprodução de sistemas alimentares: geração de diversidade produtiva por área; reposição de matéria orgânica no solo pela própria produção; e colheita de sementes adaptadas ao local.

Como resposta a este ideário adotado na Agenda, críticas especialmente de correntes feministas latino-americanas e caribenhas questionam a noção de “desenvolvimento” como caminho dado para todas as realidades culturais e sociais. Diversas correntes disputam (ou negam por completo) a ideia de “sustentável”, a partir de cosmovisões em que a terra não significa apenas um suporte ao trabalho humano, e em que a reprodução social é valorizada e a *ecodependência* reconhecida numa proposta decolonial de sociedade baseada na reciprocidade, complementaridade e cooperação (Svampa, 2015), e a ideia de *bem-viver* (Aguinaga et al., 2011). São racionalidades em que a terra não pode ser um bem privado e objeto de acúmulo de capital, mas sim é um bem comum, assim como outros recursos naturais e o conhecimento. Tais visões não são reconhecidas pela Agenda 2030.

O tópico “diversidade genética de sementes” do ODS 2 é importante, no entanto, traz uma conceituação homogênea de proteção desta riqueza “por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional”. Isto acaba sendo favorável a empresas concentradoras da agricultura como por exemplo a Bayer-Monsanto, que detêm patentes de sementes adaptadas a seus produtos químicos. As práticas indígenas e camponesas de conservação de cultivares crioulas<sup>11</sup> não são mencionadas.

Com relação à “fome”, a Agenda se mostra preocupada em ampliar esta noção, assim como a da “pobreza”, erradicando-as “em todas as suas formas”. Concepções mais condizentes com a ideia de soberania alimentar, porém, como controle de terra, recursos naturais e alimentos pela sociedade e circuitos comerciais locais, não são mencionados. Ao

---

<sup>11</sup> As sementes crioulas são aquelas cultivadas por várias gerações no mesmo local e que por isso são adaptadas não só às condições naturais mas também ao manejo praticado. São responsáveis por conferir autonomia aos(as) agricultores(as), já que estes(as) não precisam comprar sementes e as sementes crioulas são mais resistentes ao local e à técnica adotada culturalmente.

contrário, o ODS 2 propõe reduzir os entraves ao livre mercado mundial das *commodities* alimentícias.

### **Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**

O ODS 5 afirma a meta de “acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte”. Além de trazer como um dos caminhos “eliminar todas formas de violência contra a mulher”, coloca a questão do trabalho reprodutivo (principalmente o doméstico) como um dos focos principais.

**“Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais”**

A inclusão direta da reprodução social no ODS 5 sobre gênero e mulheres sem problematizar o fato de que esta função na sociedade não é essencialmente de mulheres, reforça a naturalização dos papéis reprodutivos (não ou sub-remunerados) das mulheres. Além disso, coloca o lar e a família como uma definição genérica e, dessa forma, guiada pelo núcleo familiar patriarcal heteronormativo de padrão dominante, excluindo-se outras identidades de gênero e de família.

Ainda que o ODS 5 atenda a algumas reivindicações correntes de movimentos feministas sobre inclusão econômica de mulheres, ele desconsidera outras formas de vida que não estão associadas necessariamente ao mercado de trabalho ou à propriedade privada da terra.

Claudia Korol Aspiazu, em seu livro de 2017 “Somos terra, semente e rebeldia” esclarece com históricos de diferentes países da América Latina como os processos colonialistas e imperialistas de apropriação de terras por empresas e Estados dominantes (europeus e norte-americanos) impuseram uma racionalidade da terra como o principal estoque de riqueza natural a ser privatizada em mãos de poucos e explorada na lógica patriarcal e de segregação racial. Ela descreve os processos violentos de instalação e naturalização das Divisões Internacional e Sexual do Trabalho, através da eliminação do controle coletivo dos territórios, que tenta transformar comunidades em uma única massa de indivíduos (ou “famílias”) convertidos em consumidores e mão-de-obra barata.

Além disso, um recorte por gênero também joga luz sobre outra ótica de concentração e dominação no Brasil: as mulheres estão à frente de apenas 18,6% dos estabelecimentos

agropecuários.<sup>12</sup> Com relação à área, em 2006, mulheres controlavam apenas 5,4% de toda a área cultivada (ainda não foi divulgado o dado atual). Em compensação, agricultoras representam ao menos 30% de todo o pessoal ocupado na agricultura, que totalizou, em 2006, 32 milhões de pessoas. Isto significa que a grande maioria das mulheres na atividade agrícola se encontra empregada nas cinco milhões unidades agrícolas majoritariamente sob propriedade de homens, sejam elas familiares ou empresariais. Ou seja, em termos de controle e posse da terra, existe também uma forte concentração de gênero, e isso considerando-se apenas a divisão binária homem/mulher utilizada por tais pesquisas.

### ***Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável***

O primeiro aspecto que chama atenção neste ODS é o fato de ser priorizada a ajuda financeira internacional, que significa repasse direto de uma porcentagem do Produto Interno Bruto dos países enriquecidos para os Estados ditos “em desenvolvimento” ou com “menor desenvolvimento relativo”, na lógica da “assistência ao desenvolvimento”. Fica evidente nesta meta a adoção hierarquizante de “desenvolvimento”. Não se fala em atacar o modelo assimétrico da economia mundial baseada na extração de recursos naturais de determinadas regiões, inclusive a América Latina, mas sim de consertá-lo através da compensação financeira, gerando-se assim dependência econômica e política

Levando em consideração a tendência de re-primarização das economias na América Latina apontadas por vários(as) autores(as), articulando a desindustrialização dos países e aumentando sua dependência de produtos primários, a Agenda parece contribuir para a consolidação do modelo de desenvolvimento baseado nesta economia extrativa. Como Maristela Svampa (2012) destaca, a participação de produtos primários nas exportações brasileiras de 2003 a 2009 cresceu de 48,5% para 60,9%, o que vem agravando a apropriação de terras da pequena agricultura por grandes corporações, agravando conflitos territoriais e a degradação do meio ambiente.

No item “comércio” deste ODS, a proposta fica mais clara:

**“Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020”**

---

<sup>12</sup> <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21905-censo-agro-2017-resultados-preliminares-mostram-queda-de-2-0-no-numero-de-estabelecimentos-e-alta-de-5-na-area-total.html>

No item “tecnologia”, fica evidente a ideia de melhorar o acesso dos chamados “países em desenvolvimento” ao uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação”, porém sem delimitar a proteção ao conhecimento e cosmologias diversas existentes nesses territórios.

Neste sentido, a lente feminista latino-americana também pode ser aplicada aos meios de comunicação, que mostra homens brancos na quase totalidade do número de fundadores de veículos e comunicação no Brasil. Entre os CEOs<sup>13</sup>, há apenas seis mulheres, controlando oito dos 50 veículos analisados pelo Media Monitor (MOM, 2017).

No âmbito brasileiro, o Sistema das Nações Unidas encaminhou em 8 de junho de 2017 para a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) Documentos Temáticos contendo diretrizes brasileiras para 6 (1, 2, 3, 5, 9 e 14) dos 17 ODS.<sup>14</sup> A conjuntura instalada já era de uma crise política e econômica no Brasil, em que a classe político-partidária conservadora e neoliberal já havia assumido o poder do Estado, em 2016, pelo que vem sendo classificado como um golpe institucional ao governo de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores.

Neste documento, apontam-se algumas limitações de aplicação dos ODS no Brasil, apesar de serem exaltados os seus avanços. Os indicadores da ONU evidenciam que o índice de “pobreza extrema” no Brasil teve uma queda brutal de 2001 a 2014, tanto no gráfico da “linha de pobreza” internacional (rendimento até \$ 1,90 por dia), que decresceu de 13,6% para 3,7%, quanto no da nacional (renda de até R\$ 170,0 por mês) de 24,7% para 4,7%. A melhora é atribuída principalmente aos programas do Plano Brasil Sem Miséria, implantado pelos governos do Partido dos Trabalhadores, que efetuaram transferência direta de renda a famílias empobrecidas. Desde 2015, todavia, os dados vêm indicando nova tendência de aumento da “pobreza extrema” no Brasil, assim como da fome em toda a América Latina. Como ir além de programas sociais para reversão desta tendência é um desafio que se coloca latente para se atingir objetivos mais estáveis de transformação da realidade.

### **Considerações finais**

---

<sup>13</sup> *Chief Executive Officer* das grandes corporações.

<sup>14</sup> Acessado em 18/08/2018 em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentos-tematicos--ods-1--2--3--5--9--14.html>

O quadro de concentração da comunicação e da estrutura fundiária brasileiras se baseia no imaginário social que legitimou a propriedade privada, a família heteronormativa e o acúmulo de capital a partir de processos coloniais. Outras formas de vida foram simbolicamente consolidadas como *estranhas, exóticas, primitivas e pobres*, subalternizando e/ou invisibilizando diversas identidades com base no racismo e no patriarcado (Svampa, 2015). Sendo assim, a ideia contemporânea hegemônica de “pobreza” está associada a territórios dominados pela lógica colonialista a partir de projetos de exploração que transformam comunidades diversas em uma população empobrecida. O olhar para as *monoculturas* que tentam há séculos apagar a diversidade de formas de vida, no caso brasileiro, aponta para uma via mais profunda de mudança, que perpassa as estruturas de concentração de poder, como ocorre nos casos analisados, da terra e da comunicação.

Por fim, nesse sentido a Agenda 2030 não propõe mudanças na ordem social hegemônica que provoca o empobrecimento e as desigualdades sociais, seja internamente ou no contexto global. O caso brasileiro é um exemplo disto e da necessidade de complexificação e construção crítica sobre a implementação e orientação de políticas públicas a partir dos tratados internacionais em voga.

## Referências

Alvarez, S. E., Friedman, E. J., Beckman, E., Blackwell, M., Chinchilla, N. S., Lebon, N., ... & Tobar, M. R. (2003). Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Estudos Feministas*, 11(2), 541.

Aspiazu, C. (2017). Somos tierra, semilla, rebeldía: mujeres, tierra y territorio en América Latina, Claudia Korol, 2016. *Antropología Cuadernos de investigación*, (17), 170-171.

Barbosa, M. 2007. *História cultural da imprensa. Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro, MauadX, 267 p

Beier, F. (2018). Marxist Perspectives on the Global Enclosures of Social Reproduction. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique. Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society*, 16(2), 546-561.

de Castro, Luís Felipe Perdigão, Eva Hershaw, and Sérgio Sauer. "Estrangeirização e internacionalização de terras no Brasil: oportunidades para quem?." *Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas* 5.2 (2018): 74-102

Cazeloto, E. (2010). Monocultura informática, permacultura e a construção de uma sociabilidade contra-hegemônica. *Matrizes*, 3(2).

FAO, IFAD and WFP, 2014. *The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Rome, FAO.

FAO, UNCTAD, 2017. *Commodities and Development Report 2017: Commodity Markets, Economic Growth and Development*

Federici, Silvia. *Caliban and the Witch*. Autonomedia, 2004.

Merchand, Carolyn. *Der Tod der Natur: Ökologie, Frauen und neuzeitliches Naturwissen. Aus dem Amerikan. Von Holger Fliessbar*, 1994.

Ministério da Saúde. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n10/1413-8123-csc-22-10-3281.pdf>  
Santos, L. L. D. (2008). A fome como cerceamento de direito político: comunicação contra-hegemônica e soberania alimentar. *e-cadernos ces*, (02).

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira . Memória, história e poder: a implantação dos meios de comunicação no Brasil. *Logos (Rio de Janeiro)* , Rio de Janeiro: FCS/UERJ, v. 7, n.2, p. 5-10, 1997.

SODRÉ, N.W. 2000. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, MauadX. A primeira edição da Civilização Brasileira é de 1966, 545 p.

Svampa, M. (2013). Resource extractivism and alternatives: Latin American perspectives on development. *Beyond Development: Alternative Visions from Latin America*, 117-143.

Svampa, M. (2015). Feminismos del sur y ecofeminismo. *Nueva sociedad*, (256), 127-131.

Telleria, J. (2018) Can we ‘transform our world’ without affecting international power relations? A political analysis of the United Nations development agenda, *Globalizations*, 15:5, 655-669, DOI: [10.1080/14747731.2018.1467744](https://doi.org/10.1080/14747731.2018.1467744)

Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015. United Nations General Assembly. 21 October 2015

**Sites:**

Media Ownership Monitor Brazil: <https://www.mom-rsf.org/en/countries/brazil/>  
[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/produtores.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html)

<https://www.abrasco.org.br/site/publicacoes/dossie-cientifico-e-tecnico-contra-o-projeto-da-lei-do-veneno-6299-2002-e-favor-do-projeto-de-lei-que-instituiu-politica-nacional-de-reducao-de-agrotoxicos-pnara/36015/>

Esta ficha informativa, “Factsheet”, foi concebida no âmbito do projeto América Latina: global - sustentável, do alemão “Lateinamerika: global-nachhaltig”.

Sobre o projeto: há chances e riscos para a Agenda 2030, entre eles na participação social, projeção, sensibilização e compromisso para com um desenvolvimento sustentável e baseado no respeito aos direitos humanos. Seja no Brasil, no México, na Colômbia ou em outras regiões latino-americanas, a Allerweltshaus presta serviços para o desenvolvimento de solidariedade, informação e educação política. A Casa apoia atores nacionais e na América Latina mobilizados para o futuro em temas relacionados a sustentabilidade, justiça e direitos humanos. Por meio de uma rede de parceiros, analisamos e questionamos o desenvolvimento histórico da política, do social, da cultura e da ecologia, assim como as consequências locais e globais daqueles.

#### Informação legal:

Allerweltshaus Köln e.V.

Lateinamerika: global - nachhaltig

Körnerstrasse 77-79, 50823 Köln

[www.lateinamerika-kolen.de](http://www.lateinamerika-kolen.de)

FB: Lateinamerika - Allerweltshaus Köln e.V.

Autoras: Ana Alvarenga de Castro e Camila Nobrega R. Alves

Redação e Correção: V. Hytrek, M. Häußler und F. de Souza, L. Himbert | Projekt Lateinamerika: global - nachhaltig

Layout e Design (edição impressa): Stefanie Jung [contact@tifong.de](mailto:contact@tifong.de) | [www.tifong.de](http://www.tifong.de)

Ilustração: Yili Rojas | <https://yilirojas.wordpress.com>

O texto e as ilustrações desta ficha informativa, “Factsheet”, se encontram licenciados como Licença Creative Commons: CC-by-NC-SA

As autoras são responsáveis pelo conteúdo desta publicação. O conteúdo não espelha necessariamente a opinião da Allerweltshaus Köln e.V. e seus patrocinadores. (Köln 2018)

Esta publicação se encontra disponível digitalmente em [www.lateinamerika-koeln.de](http://www.lateinamerika-koeln.de)

Com o apoio de



Gefördert aus Mitteln des evangelischen Kirchlichen Entwicklungsdienstes